

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações
Financeiras Individuais e Consolidadas em
31 de dezembro 2020.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A **Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial - (“Companhia”)** tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente. Além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedicar-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trefilados. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa sob o código BDLL4. A Companhia possui duas plantas industriais no estado de São Paulo, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da Companhia está localizada em Guarulhos - SP.

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas abrangem a Companhia e as seguintes controladas:

Barefame Instalações Industriais Ltda. – Em Recuperação Judicial, controlada, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, além de montagem e manutenção de dutos enterrados.

Duraferro Indústria e Comércio Ltda. – Em Recuperação Judicial, controlada, atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.

Energo Agro Industrial Ltda., controlada, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A empresa atualmente não tem atividades operacionais e não há também planejamento para descontinuar-la. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. – Em Recuperação Judicial, controlada, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

Controlada em conjunto não Consolidada:

IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a GE Energias Renováveis Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

Continuidade operacional

A Companhia continua com suas atividades operacionais em suas diversas unidades, embora em níveis baixos.

A redução do número de colaboradores visa adequar os custos e demais despesas operacionais de cada unidade.

O mercado de bens de capital continua estagnado, com poucas encomendas de equipamentos, serviços e reformas de equipamentos.

A administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, realização de valores a receber de clientes, entre outras. Atuou efetivamente nas renegociações para alongamento das dívidas com bancos, fornecedores, colaboradores e sindicatos (dívidas trabalhistas).

Ao final de 2017 a Companhia concluiu a operação de alongamento do prazo de sua dívida junto ao Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 129 milhões, deslocando vencimentos de 2018 nesse montante para pagamentos parcelados de 2019 a 2025. Da mesma forma, em 2018 concluiu a operação de alongamento da dívida junto ao Bradesco S/A, no montante de R\$ 23 milhões, de 2018 para pagamentos parcelados de 2019 a 2024.

A Companhia conta também com apoio de terceiras partes relacionadas, através de mútuos tomados.

Além disso, com o objetivo de melhorar as disponibilidades de caixa, realizou vendas de ativos ociosos e aproveitou oportunidade para realização de uma de suas propriedades para investimento, tendo sido concluído em 2018 a venda de um imóvel da controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguro Ltda.

Apesar das austeras medidas que a administração tem tomado e, pelo motivo da baixa atividade operacional, a Companhia enfrentou dificuldades para manter seus compromissos.

Tais dificuldades levaram a administração a apresentar, em 26 de julho de 2019, pedido de recuperação judicial, abrangendo a Controladora e algumas de suas controladas.

Eventos subsequentes - Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 08 de março de 2021, foi aprovado o plano de recuperação judicial, cujas informações foram disponibilizadas nos sites da CVM e B3 através de Comunicado ao Mercado. A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes até o dia 31 de março de 2021, que também é a data de autorização de emissão dessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Nota Explicativa n. 32)

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada em reunião do Conselho de Administração em 31 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, sendo o Real a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 4 - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa;

Nota explicativa nº 7 - reconhecimento e mensuração do custo orçado de contratos de serviços e construção;

Nota explicativa nº 9 - reconhecimento de efeitos fiscais diferidos (tributos) decorrentes de diferenças temporárias e sua expectativa de realização ao longo do tempo;

Nota explicativa nº 14 - mensuração da vida útil dos ativos;

Notas explicativas nº 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos.

A avaliação é revisada regularmente considerando os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências

obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 10 – Títulos e valores mobiliários

Nota explicativa nº 13 – Propriedade para investimentos

Nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

d. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, propriedades para investimento e títulos e valores mobiliários.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

3.1 Base de Consolidação - Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência

patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.3 Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

Prestação de serviços

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Contratos de construção

De acordo com o CPC 47, os contratos de construção correspondem a produtos fabricados sob encomenda de clientes, dessa forma o desempenho na execução do contrato não cria um ativo com uso alternativo, não sendo possível redirecionar o ativo para outro uso ou vendê-lo para cliente diferente, seja em função das especificações únicas de projetos, limitações contratuais ou a perdas econômicas proibitivas. Para mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, a Companhia aplica métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. Os contratos com estas características implicam no direito de pagamento pelo desempenho concluído total ou parcialmente. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como “outras receitas”.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos Financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mensurado pelo custo amortizável (empréstimos e recebíveis).

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos na categorias de passivos mensurados pelo custo amortizado.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos Financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A principal diferença na mensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da adoção do pronunciamento CPC 48 (IFRS 9) está relacionada com a alteração do conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além do conceito de perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 (IAS 39), assim, a Companhia passou a reconhecer a perda de crédito esperada para os contratos vendidos, juntamente com o reconhecimento das respectivas receitas.

Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.5 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda cujas receitas são apuradas por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, estão demonstrados líquidos do seu recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é constituída com base na avaliação da companhia que utiliza o conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além da perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada.

3.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

3.8 Propriedades para investimento

A propriedade para investimento inclusive instalações industriais e edificações, quando aplicável, são inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações posteriores no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.9 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. A diferença resultante entre o valor residual do ativo e valor justo é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido no momento da sua transferência e mensuração posterior do valor justo é reconhecido no resultado..

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Arrendamento mercantil

Determinados tipos de contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Quando aplicável esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros

relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, tais ativos não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente

Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares e são amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. A amortização inicia-se com a entrada do software em operação.

3.12 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida para o resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de

equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidade Geradora de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.13 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

3.14 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o prejuízo ou lucro tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.16 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação.

3.17 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais

pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

4 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial e suas controladas a seguir relacionadas:

Porcentagem de Participação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.		
- Em Recuperação Judicial	100,00%	100,00%
Barefame Instalações Industriais Ltda. - Em Recuperação Judicial	100,00%	100,00%
Duraferro Indústria e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial	100,00%	100,00%
Energo Agro Industrial Ltda.	100,00%	100,00%

Os percentuais de participação referem-se ao controle direto e indireto.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das Demonstrações Financeiras Individuais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	9	1.758	2.012	1.808
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	5	-	95	275
	<u>14</u>	<u>1.758</u>	<u>2.107</u>	<u>2.083</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco remoto de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário foram remuneradas por taxas que variavam de 80% a 100% do certificado de depósito interbancário.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
Cientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	125.487	85.839	133.706	105.259
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	6.951	18.580	12.559	22.631
Produtos seriados e outros serviços	4.294	3.884	5.922	14.596
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(37.957)	(29.824)	(39.585)	(31.410)
	98.775	78.479	112.602	111.076
Partes relacionadas - contratos de serviços e construção (notas explicativas 7 e 12)	6.775	6.870	2.987	2.987
	105.550	85.349	115.589	114.063
Não circulante:				
Cientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	10.143	37.398	10.143	37.398
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	-	13.858	-	13.858
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(13.858)	-	(13.858)
	10.143	37.398	10.143	37.398
	115.693	122.747	125.732	151.461

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

		Controladora	Consolidado
Circulante			
Saldo inicial	31/12/2019	(29.824)	(31.411)
Adição		(8.133)	(8.464)
Baixa		-	-
Reversão		-	290
Saldo final	31/12/2020	(37.957)	(39.585)
Não Circulante			
Saldo inicial	31/12/2019	(13.858)	(13.858)
Adição		-	-
Baixa		13.858	13.858
Reversão		-	-
Saldo final	31/12/2020	-	-
Saldo final total		(37.957)	(39.585)

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	-	-	-	8.985
Vencidos 1 a 30 dias	15	-	15	293
Vencidos 31 a 60 dias	6	-	6	-
Vencidos 61 a 90 dias	-	-	-	-
Vencidos 91 a 120 dias	-	-	-	-
Vencidos acima de 121 dias	4.273	3.884	5.901	5.318
	4.294	3.884	5.922	14.596

Os prazos ajustados para a conclusão dos projetos de fornecimento de bens de capital e equipamentos de infraestrutura são substancialmente longos e consequentemente propiciam oscilações durante a execução dos projetos, o que obriga a Companhia e suas controladas a cobrar, junto a determinados clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A conta “Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção” (nota explicativa 7) refere-se ao saldo a receber de contratos de serviços e construção em execução e ainda não faturados e equivale ao excedente da receita reconhecida e o respectivo valor recebido.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é constituída com base na avaliação da companhia que utiliza o conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além da perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada.

A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7 Contratos de serviços e construção

De acordo com o CPC 47, os contratos de construção correspondem a produtos fabricados sob encomenda de clientes, dessa forma o desempenho na execução do contrato não cria um ativo com uso alternativo, não sendo possível redirecionar o ativo para outro uso ou vendê-lo para cliente diferente, seja em função das especificações únicas de projetos, limitações contratuais ou a perdas econômicas proibitivas. Para mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, a Companhia aplica métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. Os contratos com estas características implicam no direito de pagamento pelo desempenho concluído total ou parcialmente.

A conta “Adiantamento de clientes” está composta de valores decorrentes de recebimentos de contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida.

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
31 de dezembro 2020

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados (nota explicativa 6)	135.630	137.095	143.849	156.515
Saldo a receber Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	6.951	18.580	12.559	22.631
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(33.663)	(39.798)	(33.663)	(39.798)
Sub total	108.918	115.877	122.745	139.348
Partes relacionadas	6.775	6.870	2.987	2.987
Total	115.693	122.747	125.732	142.335
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de serviços e construção em execução (nota explicativa 20)	(82.975)	(73.357)	(82.683)	(80.035)
Contratos de serviços e construção líquido a receber	32.718	49.390	43.049	62.300

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Produtos acabados	1	890	111	1.107
Produtos em elaboração	2.207	3.071	35.679	38.281
Matérias primas	43.926	45.397	52.496	50.696
Materiais de consumo	519	425	2.893	2.580
	46.653	49.783	91.179	92.664

As matérias primas em estoque são destinadas à produção e devido às suas características, não foram consideradas expectativas de perdas por deterioração ou obsolescência.

9 Tributos a recuperar e diferidos

a. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
Imposto de renda e contribuição social	381	569	947	1.240
ICMS	2.479	2.284	2.624	2.524
IPI	753	46	1.526	598
COFINS	1.031	441	1.476	603
PIS	226	99	287	116
Outros	175	221	1.169	1.084
	4.664	3.091	7.082	4.925
	5.045	3.660	8.029	6.165
Não Circulante:				
ICMS s/aquisição imobilizado	111	111	111	111
IPI	860	853	860	853
PIS	3.193	3.172	3.193	3.172
	4.164	4.136	4.164	4.136
	9.209	7.796	12.193	10.301

b. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2020) aprovado pelos órgãos da Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente.

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
31 de dezembro 2020

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
IR/CSL Diferido Ativo	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos de prejuízos fiscais IRPJ	6.687	6.749	9.691	7.574
Créditos de base negativa CSLL	2.407	2.429	3.488	2.726
Créditos s/ Diferenças temporárias IRPJ	23.638	16.102	24.229	18.873
Créditos s/ Diferenças temporárias CSLL	8.509	5.797	8.722	6.794
Subtotal	41.241	31.076	46.130	35.967
IR/CSL Diferido Ativo não compensável	-	-	(2.572)	(2.573)
Total	41.241	31.076	43.558	33.394

Efeitos de IR/CSLL diferidos passivos sobre adoção de Ajustes de Avaliação Patrimonial e ajustes a valor justo

IR/CSL Diferido Passivo	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste em Propriedades p/ Investimentos	(9.127)	(9.127)	(10.218)	(9.663)
Ajuste decorrente de Custo Atribuído	(49.475)	(50.131)	(57.179)	(58.057)
Total	(58.602)	(59.258)	(67.397)	(67.720)
Saldos de IR/CSLL Diferidos Líquidos	(17.361)	(28.182)	(23.839)	(34.326)

Movimentação do saldo de tributos diferidos:

	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Controladora	(28.182)	10.165	656	(17.361)
Consolidado	(34.326)	14.295	(3.808)	(23.839)

Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social.	(76.276)	(252.265)	(75.893)	(249.245)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	25.934	85.770	25.804	84.743
Diferenças permanentes e temporárias				
Resultado de equivalência patrimonial	14.773	17.147	3.916	(396)
Despesas indedutíveis	68	12	111	1.988
Diferenças temporárias	19.662	29.279	20.162	32.591
Reversão/ utilização de provisões	(3.427)	(1.403)	(3.746)	(1.500)
Reversão dividendos	-	(65)	-	(65)
Outros (ajuste efeitos societários para fins fiscais)	1.808	109.325	417	111.240
	32.884	154.295	20.860	143.858
Efeito das diferenças permanentes pela alíquota nominal de 34%	(11.181)	(52.460)	(7.093)	(48.911)
Ajuste para limite de realização	(3.932)	14.535	(8.273)	8.993
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	10.821	47.845	10.438	44.825
.Corrente	-	-	(49)	-
.Diferido	10.821	47.845	10.487	44.825

Ajuste para limite de realização:

Refere-se a crédito fiscal diferido não constituído. A Companhia e suas controladas não reconheceram créditos fiscais diferidos sobre o montante de prejuízo fiscal acumulado de R\$ 433.088 na controladora e R\$ 527.245 no consolidado e sobre o montante de base negativa acumulada da CSLL de R\$ 480.847 na controladora e R\$ 646.454 no consolidado, em razão do limite aprovado pela Administração no estudo técnico já mencionado nesta nota explicativa.

10 Títulos e valores mobiliários

Detalhamento da quantidade de títulos detidos e os valores justos em cada período/exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de remuneração variável	5.125	5.125	5.139	5.138
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
Provisão p/ perdas	(5.026)	(5.026)	(5.036)	(5.026)
	99	99	103	112

5.025.914 Títulos de Remuneração Variável da Mineração Morro do Ipê S.A., com valor

unitário de R\$ 1 (valor expresso em real) e correspondem 7,18% dos direitos de receber 3% da receita bruta da Empresa Mineração Morro do Ipê S.A. (royalties), cujo direito se dará a partir do atingimento de determinados volumes de produção.

99.118 debêntures da empresa Baldan Implementos Agrícolas S/A.

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Adiantamentos a fornecedores nacionais	22.232	57.228	24.286	54.125
Partes relacionadas (Nota 12)	58.955	72.779	-	1
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	13.653	9.460	13.655	9.463
Recuperações judiciais	1.152	2.313	2.887	4.048
Partes relacionadas - Outros (Nota 12)	3.483	-	-	-
Outros	1.271	1.262	1.940	2.040
	100.746	143.042	42.768	69.677
Não Circulante				
Depósitos judiciais	2.803	3.276	4.134	4.607
Outros	599	551	1.751	1.658
	3.402	3.827	5.885	6.265
	104.148	146.869	48.653	75.942

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

Contratos de mútuo - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados entre 100% e 110% da taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras;

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor dos juros contidos nos pagamentos e recebimentos decorrentes de contratos de mútuo, estão alocados nas atividades de financiamentos e de investimentos, respectivamente.

Vendas de produtos e serviços - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;

Adiantamento a fornecedor e adiantamento a cliente - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;

Prestação de serviços administrativos e alugueis - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os alugueis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes;

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas e controlada em conjunto – Não existem avais, fianças e hipotecas concedidas pela Controladora às Controladas, em 31 de dezembro 2020.

a. Composição dos saldos patrimoniais e transações realizadas entre a Controladora e suas partes relacionadas:

Consolidado	31/12/2020				31/12/2020	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
IMMA Ind.Met.Mec.Amazônia Ltda.	2.987	-	12.747	36.058	-	802
GE Energias Renováveis Ltda.	-	-	-	4.547	-	103
Administradores	-	-	-	52.811	-	1.138
	2.987	-	12.747	93.416	-	2.043
Controladora						
Barefame Inst.Industriais Ltda.	49.249	41.675	-	-	1.054	-
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	147	-	1.102	24.070	20	721
Energo Agro Industrial Ltda.	30	-	-	11.183	5	248
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	16.800	2.574	-	-	3.278	1.275
	66.226	44.249	1.102	35.254	4.357	2.244
	69.213	44.249	13.849	128.670		
Contas a receber (Nota explicativa 6)	6.775	-	-	-		
Adiantamento a fornecedores (Nota explicativa 11)	58.955	-	-	-		
Fornecedores (Nota explicativa 17)	-	-	13.680	-		
Adiantamento de clientes (Nota explicativa 20)	-	-	169	-		
Outros créditos	3.483	-	-	-		
Mútuos	-	44.249	-	128.670		
	69.213	44.249	13.849	128.670		

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
31 de dezembro 2020

Consolidado	31/12/2019				31/12/2019	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
IMMA Ind.Met.Mec.Amazônia Ltda.	2.987	-	12.578	35.256	-	1.973
GE Energias Renováveis Ltda.	-	-	-	4.443	-	248
Administradores	-	-	-	46.573	-	2.139
	2.987	-	12.578	86.272	-	4.360
Controladora						
Barefame Inst.Industriais Ltda.	49.932	41.156	910	-	2.246	-
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	127	-	927	23.463	20	1.547
Energo Agro Industrial Ltda.	15	-	-	10.594	5	579
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	26.590	2.574	19.967	-	286	1.769
	76.662	43.730	21.804	34.057	2.557	3.896
	79.649	43.730	34.382	120.330		
Contas a receber (Nota explicativa 6)	6.870	-	-	-		
Adiantamento a fornecedores (Nota explicativa 11)	72.779	-	-	-		
Fornecedores (Nota explicativa 17)	-	-	27.953	-		
Adiantamento de clientes (Nota explicativa 20)	-	-	6.430	-		
Mútuos	-	43.730	-	120.330		
	79.649	43.730	34.382	120.330		

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordadas em contratos firmados.

b. Remuneração dos administradores - benefícios de curto prazo (remuneração fixa e variável)

Em 31 de dezembro 2020, a Administração da Companhia era composta por 3 conselheiros de administração e 3 diretores.

No período findo em 31 de dezembro 2020, o montante da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração foi de R\$ 815 (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2019), do Conselho Fiscal R\$ 0 (R\$ 67 em 31 de dezembro de 2019) e da Diretoria R\$ 2.100 (R\$ 2.440 em 31 de dezembro de 2019). Não houve remuneração variável.

A Companhia e suas controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós-emprego e programas de remuneração baseada em ações.

13 Investimentos

a. Propriedades para investimento

Valor justo das Propriedades para Investimento

A Companhia e suas controladas apresentam suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas contratam avaliadores independentes especializados para determinar o valor

justo.

Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valor justo das propriedades para investimento	98.500	98.500	112.000	109.611
Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento (Janeiro a Dezembro de cada exercício)	1.160	77	1.294	171
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Movimentação				
Saldo inicial	98.500	202.199	109.611	213.310
Transferencia do imobilizado	-	-	744	-
Ajuste valor justo e baixas no resultado	-	(103.699)	1.645	(103.699)
Saldo final	98.500	98.500	112.000	109.611

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimentos foram classificadas como Nível 3 com base nos dados utilizados (veja Nota Explicativa nº 2c)

b. Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada	118.842	124.087	91.356	95.002
Outros Investimentos	2.076	4.990	2.076	4.990
	120.918	129.077	93.432	99.992

Outros investimentos compostos substancialmente por participação no capital da empresa Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. no valor de R\$ 1.945. A Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. tem como atividade participação em outras empresas.

Movimentação dos saldos

	Barefame Instalações Industriais Ltda.	Bardella Adm. Bens e Empr. e Corretora de Seguros Ltda.	Energo Agro Industrial Ltda.	Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	IMMA Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Sub total	Provisão p/perdas investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(42.239)	26.434	5.977	(3.143)	90.930	3.666	81.625	45.382	127.007
Resultado de equivalência patrimonial	(11.867)	(3.268)	(58)	(2.361)	433	(27)	(17.148)		(17.148)
Provisão para perdas investimentos controladas								14.228	14.228
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(54.106)	23.165	5.919	(5.504)	91.363	3.639	64.477	59.610	124.087
Resultado de equivalência patrimonial	(1.636)	(1.312)	(18)	(7.892)	(861)	(97)	(11.817)		(11.817)
Ajuste de equivalência patrimonial					(2.794)	107	(2.688)		(2.688)
Provisão para perdas investimentos controladas								9.260	9.260
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(55.742)	21.853	5.901	(13.396)	87.708	3.649	49.972	69.138	118.842

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
31 de dezembro 2020

Informações das Investidas

	Barefame Instalações Industriais Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Corret. de Seguros Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	36.952	46.227	2.609	2.517	-	375
Ativo não circulante	26.179	26.146	36.577	35.106	11.422	10.833
Passivo circulante	68.703	77.016	8.798	8.186	1.780	1.508
Passivo não circulante	50.170	49.463	8.535	6.272	269	297
Patrimônio líquido	(55.742)	(54.106)	21.853	23.165	9.373	9.403
Receita operacional líquida	754	3.339	142	163	-	-
Resultado do exercício	(1.636)	(11.867)	(1.311)	(3.268)	(29)	(92)

	Barefame Instalações Industriais Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Corret. de Seguros Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	2.850	2.850	3.400	3.400
Ordinárias						
Quotas	22.672	22.672	2.850	2.850	3.400	3.400
Patrimônio líquido	(55.742)	(54.106)	21.853	23.165	9.373	9.403
Ajustes para os novos	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado	(55.742)	(54.106)	21.853	23.165	9.373	9.403
Participação direta no capital social, no final do exercício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	62,96%	62,96%
Participação direta no patrimônio líquido	(55.742)	(54.106)	21.853	23.165	5.901	5.919
Resultado de equivalência patrimonial	(1.636)	(11.867)	(1.312)	(3.268)	(18)	(58)

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.		Duraferro Indústria e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	94.559	96.518	30.119	54.222	419	576
Ativo não circulante	91.871	98.701	17.705	18.603	17.174	16.973
Passivo circulante	10.764	11.762	55.359	69.528	18	18
Passivo não circulante	250	731	9.210	10.177	-	-
Patrimônio líquido	175.416	182.726	(16.745)	(6.880)	17.575	17.531
Receita operacional líquida	184	13.495	10.772	19.966	-	-
Resultado do exercício	(1.722)	(221)	(9.865)	(2.940)	(467)	(129)

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.		Duraferro Indústria e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	10.000	10.000	1.500	1.500	23.440	23.440
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	5.000	5.000	1.200	1.200	4.866	4.866
Ordinárias	-	-			4.866	4.866
Quotas	5.000	5.000	1.200	1.200	-	-
Patrimônio líquido	175.416	182.726	(16.745)	(6.880)	17.575	17.531
Participação direta no capital social, no final do exercício	50,00%	50,00%	80,00%	80,00%	20,76%	20,76%
Participação direta no patrimônio líquido	87.708	91.363	(13.396)	(5.504)	3.649	3.639
Resultado de equivalência patrimonial	(861)	433	(7.892)	(2.361)	(97)	(27)

14 Imobilizado

a. Composição dos saldos

					Controladora	
					31/12/2020	31/12/2019
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Edificações	2,70%	76.409	(27.419)	48.990	51.360	
Máquinas e equipamentos	8,40%	113.468	(102.139)	11.329	14.333	
Móveis e utensílios	10,00%	5.952	(5.805)	147	221	
Veículos	20,00%	3.819	(3.256)	563	765	
Equipamentos de informática	20,00%	4.598	(4.547)	50	66	
Terrenos	0,00%	38.912	-	38.912	38.912	
Instalações	10,00%	21.661	(21.661)	-	(11)	
Obras em andamento	0,00%	16.717	-	16.717	16.717	
		281.536	(164.827)	116.708	122.363	

					Consolidado	
					31/12/2020	31/12/2019
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Edificações	3,10%	108.206	(37.442)	70.764	73.920	
Máquinas e equipamentos	9,00%	150.514	(132.146)	18.368	22.462	
Móveis e utensílios	10,00%	7.564	(7.270)	294	430	
Veículos	13,80%	10.914	(10.293)	621	466	
Equipamentos de informática	20,00%	6.640	(6.578)	62	79	
Terrenos	0,00%	39.251	-	39.251	39.251	
Instalações	10,00%	25.121	(23.062)	2.059	2.877	
Obras em andamento	0,00%	17.320	-	17.320	17.320	
		365.530	(216.791)	148.739	156.806	

b. Movimentação do custo

	Controladora			
	31/12/2019	31/12/2020		
	Custo	Adições	Baixas/Transf.	Custo
Edificações	76.409	-	-	76.409
Máquinas e equipamentos	113.468	-	-	113.468
Móveis e utensílios	5.952	-	-	5.952
Veículos	3.786	82	(49)	3.819
Equipamentos de informática	4.598	-	-	4.598
Terrenos	38.912	-	-	38.912
Instalações	21.661	-	-	21.661
Obras em andamento	16.717	-	-	16.717
	281.503	82	(49)	281.536

	Consolidado			
	31/12/2019			31/12/2020
	Custo	Adições	Baixas/Transf.	Custo
Edificações	108.205	1	-	108.206
Máquinas e equipamentos	150.488	26	-	150.514
Móveis e utensílios	7.564	-	-	7.564
Veículos	10.881	82	(49)	10.914
Equipamentos de informática	6.634	6	-	6.640
Terrenos	39.251	-	-	39.251
Instalações	26.174	-	(1.053)	25.121
Obras em andamento	17.320	-	-	17.320
	366.517	115	(1.102)	365.530

c. Movimentação da depreciação

				Controladora
	31/12/2019			31/12/2020
	Depreciação acumulada	Depreciação do período	Baixas/Transf.	Depreciação acumulada
Edificações	(25.049)	(2.370)	-	(27.419)
Máquinas e equipamentos	(99.135)	(3.004)	-	(102.139)
Móveis e utensílios	(5.731)	(74)	-	(5.805)
Veículos	(3.021)	(239)	4	(3.256)
Equipamentos de informática	(4.531)	(16)	-	(4.547)
Instalações	(21.672)	11	-	(21.661)
	(159.139)	(5.692)	4	(164.827)

	31/12/2019	Depreciação do período	Baixas/Transf.	Consolidado 31/12/2020 Depreciação acumulada
Edificações	(34.285)	(3.157)	-	(37.442)
Máquinas e equipamentos	(128.026)	(4.120)	-	(132.146)
Móveis e utensílios	(7.134)	(136)	-	(7.270)
Veículos	(10.415)	118	4	(10.293)
Equipamentos de informática	(6.552)	(26)	-	(6.578)
Instalações	(23.297)	(63)	298	(23.062)
	(209.709)	(7.384)	302	(216.791)

Em 31 de dezembro 2020, além das garantias vinculadas a financiamentos e mencionadas na nota explicativa 16 – Empréstimos e financiamentos, R\$ 7.848, substancialmente máquinas e equipamentos, estão arrolados em garantia de ações judiciais e procedimentos administrativos

Conforme informado na Nota Explicativa nº 16, os valores contábeis dos ativos dados em garantia às instituições financeiras, em 31 de dezembro 2020 somam o montante de R\$ 194.261 (R\$ 194.994 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$ 99.445 referem-se a ativos imobilizados e R\$ 94.816 ativos classificados como propriedades para investimentos.

Em 31 de dezembro 2020, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Não foram verificados ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas.

15 Intangível

Em 31 de dezembro 2020 a Companhia e suas controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

		Controladora							
		Custo				Amortização			
Prazos de vida útil		Saldo em 31/12/2019	Aquisições	Baixas	31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Amortização	Baixas	31/12/2020
Software	5 anos	42.728	-	-	42.728	(18.211)	(2)	-	(18.213)
Líquido						<u>24.517</u>			<u>24.515</u>
		Consolidado							
		Custo				Amortização			
Prazos de vida útil		Saldo em 31/12/2019	Aquisições	Baixas	31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Amortização	Baixas	31/12/2020
Software	5 anos	44.480	-	-	44.480	(19.957)	(5)	-	(19.962)
Marcas e patentes	indefinida	4	-	-	4	-	-	-	-
Líquido		<u>44.484</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.484</u>	<u>(19.957)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(19.962)</u>
						<u>24.527</u>			<u>24.522</u>

16 Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxa média anual de juros	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BNDES - Inovação	TJLP	TJLP+4,18%aa	15/04/2025	15.048	13.154	15.048	13.154
BNDES - Cap. Produtiva	TJLP	TJLP+5,38%aa	15/04/2024	4.954	4.293	4.954	4.293
Brasil - Finame (**)	FIXO	5% aa	15/07/2024	478	457	478	457
Imobilizado		Sub-total		20.480	17.904	20.480	17.904
BNDES - Capital de Giro	SELIC	SELIC+5,66%aa	15/04/2021	35.248	31.125	35.248	31.125
Capital de Giro	SELIC	CDI+3,00%aa	28/05/2019	2.740	2.830	2.740	2.830
B.Bradesco - Capital de Giro (*)	CDI	CDI+3,00%aa	30/07/2024	25.398	26.323	25.398	26.323
Capital de Giro	CDI	CDI+3,40%aa	27/05/2019	2.559	2.657	2.559	2.657
B.Brasil - Capital de Giro (**)	CDI	CDI+2,00%aa até 12/20 e CDI+3,00%aa após	15/06/2025	158.453	152.185	158.453	152.185
Capital de Giro		Sub-total		224.398	215.120	224.398	215.120
Total Geral:				244.878	233.024	244.878	233.024
Parcela Circulante				104.229	86.432	104.229	86.432
Parcela não circulante				140.649	146.592	140.649	146.592
Juros incorridos no período (janeiro a dezembro de cada exercício)				11.845	19.228	11.845	19.228

Os financiamentos BNDES Inovação, BNDES Capacidade Produtiva e BNDES Capital de Giro têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Guarulhos – SP. O valor contábil é de R\$ 88.027

(*) Financiamentos contratados com o Banco Bradesco S/A e têm como garantia imóveis registrados como propriedade para investimentos, sendo dois imóveis localizados em São Mateus – ES, cujo valor contábil do investimento é de R\$ 4.366 e dois imóveis localizados em São Paulo – SP, com valor contábil do investimento de R\$ 8.450. Os contratos foram negociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2024.

(**) Financiamentos contratados com o Banco do Brasil S.A. e têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba e de Araras – SP, propriedade para investimento e imobilizado, respectivamente. O valor contábil dos ativos é de R\$ 82.000 e R\$ 11.417, respectivamente.
Os contratos foram renegociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2025.

As condições contratuais acima estão sujeitas aos efeitos da aprovação e homologação do Plano de Recuperação judicial (ver nota 32 – Eventos Subsequentes).

Cronograma de desembolsos - Não circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	33.554	-	33.554
2022	43.676	33.554	43.676	33.554
2023	43.676	33.554	43.676	33.554
2024	39.967	31.120	39.967	31.120
2025	13.330	14.809	13.330	14.809
	140.649	146.591	140.649	146.591

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Fornecedores nacionais - Terceiros	71.562	91.784	85.795	107.855
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	13.680	27.953	12.577	12.578
Fornecedores estrangeiros	1.369	1.344	1.369	1.344
	86.611	121.081	99.741	121.777
Não circulante				
Fornecedores nacionais - Terceiros	-	5.015	-	5.015
	86.611	126.096	99.741	126.792

As operações que a Companhia e suas controladas mantêm com fornecedores nacionais e do exterior são principalmente referentes às compras de matérias primas e componentes para os equipamentos em fabricação.

18 Obrigações Fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Débitos parcelados	6.861	6.636	9.392	9.170
Imposto de renda e CSLL	12.234	11.251	15.588	13.962
IPI/ICMS/ISS	1.584	770	2.132	1.309
PIS/COFINS	965	330	6.673	5.096
Outras obrigações fiscais	4.266	2.444	7.228	4.942
	25.910	21.431	41.013	34.479
Não circulante				
Débitos previdenciários parcelados	13.195	15.561	14.761	17.506
Débitos FGTS parcelados	2.854	4.432	3.218	4.942
Demais débitos parcelados	5.043	5.093	8.355	8.730
	21.092	25.086	26.334	31.178
	47.002	46.517	67.347	65.657

19 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
Circulante	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e ordenados	58.816	52.054	65.703	58.781
Previdência social	24.093	19.308	36.354	29.691
Fgts	37.523	35.770	42.932	41.380
Débitos parcelados	3.380	3.706	4.208	4.673
Provisão para férias e 13o.salário	1.561	1.854	2.986	3.554
Encargos provisão de férias e 13o.salário	588	692	639	772
Outros encargos	3.220	3.197	3.635	3.612
	129.181	116.581	156.457	142.464
Não Circulante				
Salários e ordenados	-	6.162	-	6.162
	129.181	122.743	156.457	148.626

20 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
Circulante	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de clientes	65.822	52.874	65.530	65.982
Adiantamento de partes relacionadas	169	6.430	169	-
	65.991	59.304	65.699	65.982
Não Circulante				
Adiantamento de clientes	16.984	14.053	16.984	14.053
	82.975	73.357	82.683	80.035

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente à receita reconhecida à receita reconhecida por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, conforme previsto no CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

21 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes passivas em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2019			Controladora 31/12/2020
	Saldo final	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	16.107	645	(104)	16.648
Tributárias:				
.Federal	3.433	2.189	(3.323)	2.299
.Estadual	-	452	-	452
.Municipal	-	-	-	-
Subtotal tributárias	3.433	2.641	(3.323)	2.751
	19.540	3.286	(3.427)	19.399

	31/12/2019			Consolidado 31/12/2020
	Saldo Inicial	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	22.237	671	(132)	22.776
Tributárias:				
.Federal	3.601	2.190	(3.323)	2.468
.Estadual	-	452	-	452
.Municipal	-	-	-	-
Subtotal tributárias	3.601	2.642	(3.323)	2.920
	25.838	3.313	(3.455)	25.696

Prováveis

Demandas trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos relativos a demandas trabalhistas tributárias em andamento nos quais são partes. Os processos existentes referem-se a verbas rescisórias não quitadas, além do pleito de verbas como: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas controladas, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos foram provisionados R\$ 16.648 na controladora (em 31 de dezembro de 2019 era R\$ 16.107) e R\$22.776 no consolidado (em 31 de dezembro de 2019 o valor era de R\$ 22.237).

Demandas tributárias

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos foram provisionados R\$ 2.751 na controladora (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 3.433) e R\$ 2.920 no consolidado (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 3.601).

Possíveis

Para os processos trabalhistas no montante Consolidado de R\$ 16.105 (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 14.426), cíveis no montante Consolidado de R\$ 25.353 (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 22.678) e tributários no montante Consolidado de R\$ 15.187 (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 14.609), avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco “possível”, no montante total dos valores das causas de R\$ 56.645 (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 51.713), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, o processo considerado individualmente

relevante refere-se a demanda cível onde se discute:

Diferenças contratuais em serviços prestados na década de 90: R\$ 10.534

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais relacionados a processos tributários suspensos, aguardando decisão judicial para definição do destino dos referidos depósitos.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social, subscrito e integralizado de R\$ 116.800, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam das seguintes vantagens:

- prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% (oito por cento) ao ano, calculados sobre o respectivo capital e não cumulativos;
- participação proporcional nos aumentos de capital na forma da legislação vigente.

b. Reservas de capital

Reservas de incentivos fiscais

É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

c. Outros Resultados Abrangentes

São classificadas em Outros Resultados Abrangentes (anteriormente denominado como ajustes de avaliação patrimonial), enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

d. Prejuízo por ação

Básico - O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia. Não houve novas emissões de ações nem mesmo compra de ações próprias durante o período findo em 31 de dezembro 2020.

31/12/2020	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuível (em milhares de reais)	(24.840)	(40.615)	(65.455)
Média de ações	607.192	992.808	1.600.000
Prejuízo por ação (em reais)	(40,91)	(40,91)	(40,91)

Diluído - O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações

preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações potenciais ou quaisquer outros instrumentos financeiros conversíveis que provocariam diluição, dessa forma, o prejuízo por ação diluído não possui diferença em relação ao prejuízo básico por ação.

23 Receita operacional líquida

		Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta vendas de produtos(aços)	2.206	1.550	2.206	1.550
Receita bruta de construção de equipamentos(mecânica)	12.502	14.745	21.102	47.037
Receita bruta serviços prestados	-	2.518	1.211	7.046
Devoluções	-	(115)	(93)	(8.771)
Tributos	(1.449)	(2.073)	(4.052)	(8.824)
Receita Líquida	13.259	16.625	20.374	38.038

Reconhecimento de Receitas – CPC 47

Os contratos da Companhia com clientes atendem aos critérios do CPC-47 - Reconhecimento de receitas pois, são formais, identificam as obrigações de desempenho, as garantias recíprocas os preços individuais das transações e suas alocações às obrigações de desempenho, as garantias recíprocas e as condições de pagamento ou, para contratos de construção, os eventos financeiros. As receitas são reconhecidas de acordo com a transferência de controle dos bens e serviços ao cliente e, para os contratos de construção de equipamentos sob encomenda, à medida de sua execução.

24 Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e componentes	(5.664)	(16.177)	(13.251)	(22.291)
Outros Insumos	(8.625)	(4.929)	(5.861)	(7.445)
Energia Elétrica	(1.073)	(1.488)	(1.445)	(1.943)
Serviços de terceiros	(10.337)	(5.771)	(10.633)	(6.417)
Gastos com pessoal (indenizações)	(924)	(10.194)	(1.333)	(12.126)
Demais gastos com pessoal	(16.844)	(35.646)	(25.873)	(46.179)
Depreciação e amortização	(5.693)	(6.390)	(7.163)	(8.497)
	(49.160)	(80.595)	(65.559)	(104.898)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos produtos e/ou serv.prestados	(24.896)	(39.956)	(38.047)	(60.278)
Despesas com vendas	(2.517)	(7.887)	(2.676)	(8.239)
Despesas gerais e administrativas	(11.484)	(11.189)	(14.573)	(14.805)
Honorários da administração	(2.154)	(3.212)	(2.154)	(3.225)
Outras despesas operacionais				
Custos de ociosidade de fabricação	(8.109)	(18.351)	(8.109)	(18.351)
	(49.160)	(80.595)	(65.559)	(104.898)

25 Outras despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras despesas operacionais				
Provisões operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.133)	(14.445)	(8.465)	(15.772)
Provisão para Contingências	(3.286)	(18.267)	(3.287)	(22.374)
Outras provisões/reversões	(1.034)	353	(1.203)	353
Baixa p/ venda de bens do imobilizado e investimentos	(46)	(1.281)	(46)	(1.387)
Custo ociosidade de fabricação	(8.109)	(18.351)	(8.109)	(18.351)
Despesas tributárias	(95)	(6.124)	(130)	(8.344)
Perdas com variação ajuste a valor justo	-	(103.721)	-	(103.721)
Perdas com impairment de ativos	(4.075)	(8.363)	(4.085)	(10.030)
Perdas com créditos incobráveis	(13.858)	-	(13.858)	-
Outras despesas operacionais	(389)	(653)	(662)	(1.755)
	(39.025)	(170.852)	(39.845)	(181.381)
Outras receitas operacionais				
Reversões/utilização de provisões operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.858	-	14.148	97
Provisão para Contingências	3.427	7.364	3.456	7.364
Outras provisões/reversões	-	164	-	164
Venda de bens do imobilizado e investimentos	33	1.467	38	3.004
Ganho variação ajuste valor justo	-	-	1.635	-
Aluguéis/locações	1.160	207	1.294	171
Outras receitas operacionais	-	65	100	1.814
	18.478	9.267	20.671	12.614
	(20.547)	(161.585)	(19.174)	(168.767)

Os custos com ociosidade referem-se à situação anormal e temporária de ocupação dos meios produtivos.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras				
Juros	(17.435)	(34.341)	(17.421)	(34.918)
Variações cambiais passivas	-	(209)	(174)	(301)
Fianças bancárias	(118)	(164)	(118)	(164)
IOF	(938)	(974)	(1.461)	(1.613)
Descontos concedidos	(1)	(8)	(702)	(649)
Despesas bancárias	(5)	(209)	(463)	(832)
	(18.497)	(35.905)	(20.339)	(38.477)
Receitas financeiras				
Juros	1.078	3.547	272	1.480
Variações cambiais ativas	4.254	2.483	4.282	2.621
Juros sobre capital próprio	-	-	46	35
Outros	1	1.961	12	1.976
	5.333	7.991	4.612	6.112
Líquido	(13.164)	(27.914)	(15.727)	(32.365)

27 Informação por segmento

Para fins de administração, a Companhia e suas controladas são divididas em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais:

O segmento de mecânica corresponde à fabricação de equipamentos sob encomenda e;

O segmento de aços e serviços é representado pela laminação de metais e serviços diversos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita bruta e no prejuízo ou lucro líquido.

31/12/2020	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	23.888	1.039	(4.553)	20.374
Prejuízo do período	(73.079)	(5.188)	12.812	(65.455)
Ativos operacionais	695.930	147.850	(181.278)	662.502
Passivos operacionais	906.660	141.524	(222.537)	825.647
31/12/2019	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	33.090	7.003	(2.055)	38.038
Prejuízo do período	(181.331)	(34.450)	16.365	(199.416)
Ativos operacionais	764.500	159.275	(220.531)	703.244
Passivos operacionais	859.432	183.780	(247.282)	795.930

28 Instrumentos financeiros

a. Visão geral

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das “*estimativas contábeis*”, conforme consta na nota explicativa 2c.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

b. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam dos valores de realização e mercado, respectivamente.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os saldos de empréstimos e financiamento e aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros - Controladora				31/12/2020
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo				
Caixa e bancos	5	9	-	9
Não mensurados a valor justo				
Contas a receber de clientes	6	-	115.693	115.693
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	44.249	44.249
Títulos e valores mobiliários	10	-	99	99
		9	160.041	160.050
Passivos financeiros				
Não mensurados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	16	-	244.878	244.878
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	128.670	128.670
Fornecedores	17	-	86.611	86.611
		-	460.159	460.159

Instrumentos financeiros - Consolidado

31/12/2020

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo				
Caixa e bancos	5	2.012	-	2.012
Não mensurados a valor justo				
Contas a receber de clientes	6	-	125.732	125.732
Títulos e valores mobiliários	10	-	103	103
Aplicações financeiras	5	95	-	95
		2.107	125.835	127.942
Passivos financeiros				
Não mensurados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	16	-	244.878	244.878
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	93.416	93.416
Fornecedores	17	-	99.741	99.741
		-	438.035	438.035

Instrumentos financeiros - Controladora

31/12/2019

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo				
Caixa e bancos	5	1.758	-	1.758
Não mensurados a valor justo				
Contas a receber de clientes	6	-	122.747	122.747
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	43.730	43.730
Títulos e valores mobiliários	10	-	99	99
		1.758	166.576	168.334
Passivos financeiros				
Não mensurados a valor justo				
Dividendos a pagar		-	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	233.024	233.024
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	120.331	120.331
Fornecedores	17	-	126.096	126.096
		-	479.451	479.451

Instrumentos financeiros - Consolidado

31/12/2019

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo				
Caixa e bancos	5	1.808	-	1.808
Não mensurados a valor justo				
Contas a receber de clientes	6	-	151.461	151.461
Títulos e valores mobiliários	10	-	112	112
Aplicações financeiras	5	275	-	275
		2.083	151.573	153.656
Passivos financeiros				
Não mensurados a valor justo				
Dividendos a pagar		-	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	233.024	233.024
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	86.272	86.272
Fornecedores	17	-	126.792	126.792
		-	446.088	446.088

Instrumentos Financeiros – CPC 48

Considerando o modelo de negócio da Companhia, seus instrumentos de dívidas (ativos financeiros), incluindo os empréstimos e recebíveis, são classificados na categoria de “custo amortizável”, onde os títulos são mantidos até o vencimento.

A Companhia e suas controladas não divulgaram os valores justos, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos ao valor justo, exceto para títulos patrimoniais, conforme divulgado na nota explicativa 10.

c. Riscos

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e

serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro 2020, o risco de crédito totaliza R\$ 77.075 na controladora e R\$ 45.259 no consolidado (R\$ 94.977 e R\$ 73.621 em 31/12/2019, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizado (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Passivos Financeiros não derivativos

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados		31/12/2020					Controladora
Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	13 a 24 meses	3 a 5 anos	> 5 anos	
Empréstimos bancários garantidos	242.138	272.150	7.298	96.703	49.356	118.793	-
Empréstimos bancários não garantidos	2.740	2.792	284	2.508	-	-	-
Fornecedores	72.931	72.931	72.931	-	-	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas	13.680	13.680	-	-	-	-	13.680
Total da dívida	331.489	361.553	80.513	99.211	49.356	118.793	13.680

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados		31/12/2020					Consolidado
Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	13 a 24 meses	3 a 5 anos	> 5 anos	
Empréstimos bancários garantidos	242.138	272.150	7.298	96.703	49.356	118.793	-
Empréstimos bancários não garantidos	2.740	2.792	284	2.508	-	-	-
Fornecedores	87.164	87.164	87.164	-	-	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas	12.577	12.577	-	-	-	-	12.577
Total da dívida	344.619	374.683	94.746	99.211	49.356	118.793	12.578

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2020	+ 100	(2.790)	(2.790)
	+ 150	(4.184)	(4.184)
	- 50	1.395	1.395
	- 100	2.790	2.790
31/12/2019	+ 100	(2.326)	(2.326)
	+ 150	(3.488)	(3.488)
	- 50	1.163	1.163
	- 100	2.326	2.326

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

	Controladora		
	31/12/2020	31/12/2019	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	553	552	EUR
Importações de materiais	816	792	USD
	1.369	1.344	
	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	553	552	EUR
Importações de materiais	816	792	USD
	1.369	1.344	

- d. *Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras*
A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2020	+25%	(342)	(342)
	+50%	(685)	(685)
	-25%	342	342
	-50%	685	685
31/12/2019	+25%	(336)	(336)
	+50%	(672)	(672)
	-25%	336	336
	-50%	672	672

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento com o objetivo de mantê-los no menor nível possível em relação aos padrões de mercado.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro 2020.

Índices de alavancagem financeira (Exigível total / Patrimônio líquido):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	244.878	233.024	244.878	233.024
Fornecedores	86.611	126.096	99.741	126.792
Adiantamento de clientes	82.975	73.357	82.683	80.035
Provisão de férias e encargos	2.148	2.546	3.624	4.326
Provisão para contingências	19.399	19.540	25.696	25.838
Provisão IR e CSLL diferidos	17.361	28.182	23.839	34.326
Outros	391.990	364.320	345.186	321.570
Dívida líquida	845.362	847.065	825.647	825.911
Patrimônio líquido	(163.145)	(97.690)	(163.145)	(97.690)
Patrimônio líquido e dívida líquida	682.217	749.375	662.502	728.221
Coefficiente de alavancagem	-5,18	-8,67	-5,06	-8,45

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

Em 31 de dezembro de 2020, as apólices vigentes abrangiam cobertura de riscos diversos no valor de R\$ 48.000, com limite máximo de indenização de R\$ 34.000 e restrita às instalações e bens da controlada Duraferro Indústria e Comércio Ltda. Devido à situação da Companhia em Recuperação Judicial, não havia cobertura de seguros para riscos diversos nas outras instalações.

30 Fianças

Nossos contratos de longo prazo e processos judiciais possuem fianças contratadas no montante de R\$ 11.791.

31 Recuperação Judicial

Em 26 de julho de 2019, a Companhia apresentou Pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 07 de agosto de 2019. Foram publicados os seguintes fatos relevantes, os quais estão disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br):

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

Companhia Aberta CNPJ no 60.851.615/0001-53

FATO RELEVANTE

A **BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS** (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4o da Lei no 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM no 358/02, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que ajuizou, nesta data, pedido de recuperação judicial junto à 9a Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, sob o nº 1026974-06.2019.8.26.0224 (“Recuperação Judicial”), a fim de reorganizar suas obrigações junto a seus credores. A Companhia optou por esse movimento devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação de seu passivo e de suas controladas, junto aos seus fornecedores e garantir a perenidade da operação.

A Companhia, apesar de seus esforços em conjunto com fornecedores, entidades financeiras, empregados e ex-empregados, vem sendo alvo de pedidos de falência, decisões judiciais de penhora de faturamento e execução de garantias em contratos financeiros, além do fato do mercado de bens de capital ainda não apresentar sinais de recuperação, que colocam em risco a

continuidade de suas operações e de suas controladas. Assim sendo, a Companhia julga que a apresentação do pedido de Recuperação Judicial é a medida mais adequada nesse momento. O objetivo é proteger o grupo neste momento crítico, fazendo com que a Companhia e suas controladas retomem sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, preservando a continuidade de suas operações e os fornecimentos em curso.

O total de débitos do grupo informado no pedido de Recuperação Judicial soma, aproximadamente, R\$ 387 milhões. O plano de recuperação será apresentado aos credores dentro do prazo legal.

A Recuperação Judicial não altera, de forma alguma, as operações da Companhia e suas controladas, que seguem operando normalmente afim de performar seus contratos em carteira.

A Bardella é uma Companhia com 108 anos de história, presente em todas as fases de desenvolvimento do país, fonte de emprego e renda para milhares de famílias brasileiras. A Companhia tem a certeza de que o momento crítico será superado da mesma forma que tantas outras dificuldades foram superadas ao longo de sua história.

José Roberto Mendes da Silva
DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

Companhia Aberta CNPJ nº 60.851.615/0001-53

FATO RELEVANTE

A **BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS** (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, em continuidade ao aviso de fato relevante divulgado no dia 26 de julho de 2019, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, no dia 07 de agosto de 2019, a 9ª Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, deferiu, nos autos do processo nº 1026974-06.2019.8.26.0224 (“Recuperação Judicial”), o processamento da recuperação judicial da Companhia e de suas Controladas, Barefame Instalações Industriais Ltda (“Barefame”), Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda (“BABECS”) e Duraferro Indústria e Comércio Ltda (“Duraferro”) nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”).

A decisão judicial de deferimento, dentre outras providências, determinou o seguinte:

- i) Nomeação da LASPRO CONSULTORES LTDA., inscrita no CNPJ nº 22.223.371/0001-75, representada pelo Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro, com sede à Rua Major Quedinho, 111, 18º andar, Consolação, São Paulo e endereço eletrônico bardella@laspro.com.br para atuar como administrador judicial no Processo de Recuperação Judicial;

- ii) Suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra a Companhia e sua Controladas, pelo prazo de 180 dias corridos, nos termos do artigo 6º da LRF
- iii) Expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 15 dias corridos contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do Processo de Recuperação Judicial; e
- iv) Apresentação do plano de recuperação judicial do grupo no prazo de 60 dias corridos a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da LRF.

A íntegra da decisão judicial de deferimento, bem como retificação realizada em 08 de agosto de 2019 encontram-se anexas a este aviso de fato relevante.

Conforme divulgado ao mercado em ocasiões anteriores, a Companhia optou pelo ajuizamento do Processo de Recuperação Judicial devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação dos passivos das recuperandas e garantir a perenidade da operação.

A Recuperação Judicial não altera, de forma alguma, as operações da Companhia e suas Controladas, que seguem operando normalmente afim de performar seus contratos em carteira e futuros pedidos.

A documentação e as informações relativas à Recuperação Judicial estão à disposição na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.bardella.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

São Paulo, 08 de Agosto de 2019

José Roberto Mendes da Silva
DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

32 Eventos subsequentes

A administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes até o dia 31 de março de 2021, que também é a data de autorização da emissão dessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Efeitos do coronavírus - COVID 19 - nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A companhia acompanha atentamente as medidas de contenção da disseminação do vírus e a evolução da pandemia e seus reflexos econômicos no Brasil e no exterior, entretanto, considerando que a melhoria do nível da atividade operacional depende da recuperação da economia brasileira e do comportamento da economia mundial e, consequentemente do mercado em que nossas operações estão inseridas, conforme explicações mencionadas na Nota Explicativa 01 – Continuidade Operacional, e considerando ainda o nível de incerteza que tal

pandemia vem causando na economia global, na avaliação da administração até o momento, conclui-se que a Companhia está sujeita principalmente ao risco de ter sua recuperação em prazo diferente do que o inicialmente previsto, em consonância com os acontecimentos globais.

Aprovação do Plano de Recuperação Judicial

Em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 08 de março de 2021, foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas em recuperação judicial, tendo sido o fato comunicado ao mercado conforme abaixo, cujo comunicado está disponível do site da CVM (www.cvm.gov.br):

COMUNICADO AO MERCADO

BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS – Em recuperação judicial (“BARDELLA”), vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas BAREFAME INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. – Em Recuperação Judicial, DURAFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – Em Recuperação Judicial e BARDELLA ADMINISTRADORA DE BENS E EMPRESAS E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. – Em Recuperação Judicial, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada nesta data.

O Plano será submetido à homologação perante o Juízo da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, nos termos da Lei no 11.101/05. A íntegra do Plano e a ata da Assembleia Geral de Credores encontram-se disponíveis no site da CVM (<http://cvm.gov.br>).

A Bardella manterá seus acionistas e o mercado informados sobre a evolução dos eventos relacionados ao processo de Recuperação Judicial, assim como à implementação do Plano na forma da legislação e regulamentação vigentes.

Guarulhos, 08 de março de 2021.

José Roberto Mendes da Silva
Diretor de Relações com Investidores

Conselho de administração

Claudio Bardella
Presidente

José Roberto Mendes da Silva
Vice-Presidente

Célio Siqueira Gios
Conselheiro

Diretoria

José Roberto Mendes da Silva
Diretor Presidente

Eduardo Fantin
Diretor

Cláudio Mesquita
Diretor

Contador

Rodrigo Batistini
CRC 1SP256809/O-4